



O leigo e a política no Brasil: há esperança de dias melhores?

Antonio Fernandes Neto¹

Resumo: A presente reflexão lança a pergunta pela esperança na política no contexto histórico atual. Parte dos discursos do Papa Francisco aos movimentos populares; retira desses alguns princípios de ação concreta e conclui em sintonia com o filósofo Habermas, que é preciso ter esperança e agir como cristão na política.

Palavras-chave: Compromisso, Francisco, Esperança e Política.

Abstract: The present reflection asks about hope in politics on the current historical context. It starts from the speeches of Pope Francis to popular movements, taking from these some principles of concrete actions and it concludes in harmony with the philosopher Habermas, who defends that it is necessary having hope and acting as Christians on politics field.

Keywords: commitment; Francis; Hope and Politics.

Algumas perguntas recorrentes nos últimos anos, sobretudo nos tempos obscuros que se instalaram no pós-golpe de 2016, são: Há caminhos para a política no Brasil? Há esperança de dias melhores na política e no trato com a coisa pública? É possível algo novo? E em meio a questionamentos, constata-se também uma angústia coletiva, que nos leva a outros tantos questionamentos, a exemplo: *O que fazer? Como fazer? Quando fazer?*

Pois bem, com a inquietação dos questionamentos acima e de outros tantos, façamos uma pausa, analisemos, ainda que de forma abreviada, o cenário atual, e voltemos a enfrentar as questões que nos tiram o sono!

Muitos estudiosos, em especial cientista políticos, educadores, filósofos, sociólogos e teólogos, dentre outros, vêm produzindo valiosas análises, interpretações e conclusões acerca da

¹ Formado em Ciências Contábeis (Pucc) em 1993, em Ciências Jurídicas e Sociais (Pucc) em 1998; pós-graduado (*lato sensu*) (Unisal) em Direito e Processo do Trabalho.

contemporaneidade. Seria de muita valia uma análise detalhada de várias correntes do saber, mas, nos limitando a algumas delas, destaco pronunciamentos recentes do Papa Francisco, conectando-os com as diretrizes sociais da Igreja, também conhecida como Doutrina Social da Igreja.

Disse o pontífice:

1. No discurso aos participantes do 10 Encontro Mundial dos Movimentos Populares, ocorrido no Vaticano, em 28 de outubro de 2014:

Este Encontro dos Movimentos Populares é um sinal, um grande sinal: viestes apresentar diante de Deus, da Igreja e dos povos, uma realidade que muitas vezes passa em silêncio. Os pobres não só suportam a injustiça, mas também lutam contra ela! Não se contentam com promessas ilusórias, desculpas ou álibis. Sequer estão à espera, de braços cruzados, pela ajuda de ONGs, planos assistenciais ou soluções que nunca chegam, ou que, se chegam, fazem-no de maneira a ir na direção de anestesiá-los ou domesticá-los, o que é bastante perigoso. Vós sentis que os pobres não esperam mais e querem ser protagonistas; organizam-se, estudam, trabalham, exigem e, sobretudo, praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre os que sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer.

(...)

Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada (...). É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridades da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negociação dos direitos sociais e laborais. É fazer frente aos efeitos destruidores do império do dinheiro.

2. No discurso aos participantes do 20 Encontro Mundial dos Movimentos Populares, ocorrido em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 7 e 8 de julho de 2015: “Digamos sem medo: queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas”. E continua:

O capital se torna um ídolo e dirige as opções dos seres humanos quando a avidez pelo dinheiro domina todo o sistema socioeconômico, arruína a sociedade, condena o homem, transforma-o em escravo, destrói a fraternidade inter-humana, faz lutar povo contra povo e até, como vemos, põe em risco a nossa casa comum.

3. No discurso aos participantes do 30 Encontro Mundial dos Movimentos Populares, ocorrido no Vaticano em de 2 a 5 de novembro de 2016:

(...) as soluções reais para as problemáticas atuais não sairão de uma, três ou mil conferências: elas devem ser fruto de um discernimento coletivo que amadurece nos territórios juntamente com os irmãos, um discernimento que se torna ação transfor-

madora em conformidade com os lugares, os tempos e as pessoas, como dizia Santo Inácio.

(...)

Existem forças poderosas que podem neutralizar este processo de amadurecimento de uma mudança, que seja capaz de mudar o primado do dinheiro e pôr novamente no centro o ser humano, o homem e a mulher.

(...)

Então quem governa? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência financeira, social, cultural e militar que gera cada vez mais violência em uma espiral descendente que parece infinita.

(...)

O terrorismo começa quando se expulsa a maravilha da criação, o homem e a mulher, colocando no seu lugar o dinheiro.

(...)

O medo é alimentado, manipulado... Porque, além de ser um bom negócio para os comerciantes de armas e de morte, o medo debilita-nos, desestabiliza-nos, destrói as nossas defesas psicológicas e espirituais, anestesia-nos diante do sofrimento do próximo e no final torna-nos cruéis.

E ele finaliza com otimismo, ao discorrer:

Caros irmãos e irmãs, todos os muros ruem. Todos! Não nos deixemos enganar. Como vós mesmos dissestes: continuemos a trabalhar para construir pontes entre os povos, pontes que nos permitam derrubar os muros da exclusão e da exploração. Enfrentemos o terror com o amor!

Pois bem, essas palavras do Papa Francisco foram dirigidas a leigos e leigas de movimentos populares do mundo e guardam sintonia com o contexto atual do Brasil. Nessa seara, recorrendo às Diretrizes Sociais da Igreja (também conhecida como Doutrina Social da Igreja), temos clara a necessidade de um humanismo integral e solidário, visto que, “ao descobrirmos que somos amados por Deus, compreendemos a dignidade transcendente e aprendemos a não se contentar de si e a encontrar o outro”.

E dessa constatação se depreendem princípios fundamentais, alguns contemplados nas Diretrizes Sociais da Igreja, outros, também, no nosso ordenamento jurídico, em especial na Constituição Federal. Vejamos.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é um princípio fundamental, previsto no Artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que tem por finalidade, dada a sua qualidade de princípio fundamental, ou seja, de princípio fundante da República Federativa do Brasil, assegurar ao homem um mínimo de direitos que devem ser respeitados pela sociedade e pelo poder público, buscando preservar a promoção e a valorização do ser humano.

E esse princípio também está consagrado nas Diretrizes Sociais da Igreja e dele se extrai outros tantos. Vamos nos ater a alguns outros princípios dele derivados, capitulados na DSI:

O Princípio do Bem Comum e da Destinação Universal dos Bens: da dignidade das pessoas chega-se, por derivação, ao Princípio do Bem Comum, assim entendido como o conjunto de condições de vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa a perfeição. Ou seja, o bem comum não é a soma dos bens particulares, mas, sendo de todos e de cada um, é e permanece comum, porque indivisível, e somente juntos é possível alcançá-lo, aumentá-lo e conservá-lo, também em vista ao futuro (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, São Paulo, Paulinas, 2012, p. 101). Esse bem comum assim é de tal maneira que nenhuma forma de sociabilidade, seja ela familiar, grupal, associativa ou empresarial, nem mesmo de ficção jurídica, tal como uma cidade, um Estado ou um país, pode questionar. Aliás, o bem comum é a razão de ser da subsistência de qualquer forma de socialização. E não restam dúvidas de que todos temos responsabilidade pelo bem comum. Com mais razão, as autoridades políticas são responsáveis pela persecução do bem comum.

E uma implicação do bem comum é o *princípio* dele derivado: o da *Destinação Universal dos Bens*. Temos que: “Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e de todos os povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, segundo a regra da Justiça, inseparável da caridade” (GS 69). Tal princípio tem fundamento ainda na Sagrada Escritura: “A origem primeira de tudo o que é bem é o próprio ato de Deus que criou a terra e o homem, e ao homem deu a terra para que a domine com o seu trabalho e goze dos seus frutos” (Gn 1,28-29). Ou seja, Deus deu a terra a todos os homens e mulheres, sem excluir, tampouco privilegiar ninguém! Portanto, essa é a razão do destino universal dos bens da terra.

E com base na Destinação Universal dos Bens, temos a *limitação ou relativização da propriedade privada*. Na tradição cristã, nunca foi reconhecido o direito à propriedade privada como absoluto e intocável. Muito pelo contrário, sempre se entendeu o direito à propriedade privada como subordinado ao direito ao uso comum. Portanto, a propriedade privada é um meio, mas não um fim, um instrumento para o respeito ao Princípio da Destinação Universal dos Bens.

Outra implicação, temos, desta vez, do Princípio da Destinação Universal dos Bens, que é *o necessário cuidado dos pobres, dos que se achem em condições de marginalidade, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado*.

Outro importante princípio é o da *Subsidiariedade*, que consiste no cuidar da família, dos grupos, das associações e de todas as expressões coletivas, quer seja de cunho cultural, desportivo, econômico, educativo, político, profissional ou recreativo, em que as pessoas dão vida e, através das quais, é possível um crescimento social.

Por fim, outro princípio de significativa importância, sobretudo na realidade temporal do Brasil, é o *Princípio da Participação*, derivado do Princípio da Subsidiariedade. Desse princípio se extrai que o cidadão, por si ou associado a outros, diretamente ou por representantes, efetivamente contribui para as diversas facetas da sociedade civil organizada, ou seja, da vida em sociedade. Essa participação é um poder-dever, ou seja, podemos e devemos participar de forma consciente, em vista do bem comum.

E desse exercício de participação, chegamos à democracia. Na realidade esta deve ser a maior garantia, a razão de ser e de permanecer da democracia.

Portanto, a democracia pressupõe participação, que implica interação e envolvimento dos sujeitos da sociedade civil.

E aqui voltamos e encontramos respostas, se não para todos, para parte daqueles questionamentos iniciais.

Há caminhos para a política no Brasil? Há esperança de dias melhores na política e no trato com a coisa pública? É possível algo novo?

E conseguimos encontrar alento às inquietações e angústias, quer sejam individuais ou coletivas, na medida em que temos luzes no fim do túnel que podem levar, se não a respostas, ao caminho para respostas a estes questionamentos: *O que fazer? Como fazer? Quando fazer?*

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, em sua obra *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, nos deixa algumas pistas. Vejamos.

Habermas, que define a imprensa como sendo o quarto poder que, a bem da verdade, ao nosso ver é o primeiro poder, ainda que não constituído positivamente (legalmente) como tal, o vê como uma indústria impeditiva, que segmenta a sociedade civil segundo os interesses e as ordens do mercado. Mas, de forma salutar, ele nos sinaliza três vertentes que deveriam ser norteadoras do papel e da missão dessa imprensa:

- a) supervisionar o ambiente sociopolítico, de forma a garantir, com responsabilidade, o bem-estar dos cidadãos;
- b) fomentar a consciência crítica;
- c) defender o direito à participação.

E mais, Habermas recentemente escreveu que ante as realidades temporais que nos assolam, temos dois caminhos OU FAZEMOS VALER OS VALORES DO CRISTIANISMO ou INEVITAVILMENTE CAMINHAREMOS PARA A BARBÁRIE. Portanto, indiscutivelmente ele deixa aqui mais uma pista: buscarmos urgentemente a efetividade dos princípios das diretrizes sociais da Igreja, alguns deles nesta singela reflexão aventados.

E do conjunto das reflexões supracitadas, merece cuidado as filantropias, uma vez que estão associadas a um discurso ideológico da racionalidade capitalista, discurso este que deveria

estar subordinado, ou abaixo da tão esperada humanização dos meios de produção, quer sejam eles científicos, comerciais, industriais, de prestação de serviços ou tecnológicos, mas que na maioria das vezes se sobrepõem à esta.

E não é demasiado destacar que, no pós-golpe de 2016, até mesmo os estudos de Max Weber, em sua crítica à “ética protestante” – segundo a qual vertentes calvinistas, dentre outras, apregoavam a salvação espiritual pelo trabalho –, se tornam mitigados, eis que nos surpreendem retrocessos como os implementados recentemente através da reforma da legislação trabalhista, em especial da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, que, espero estar enganado, mas penso que, uma vez que preconizará ainda mais o meio ambiente e as relações de trabalho, acabará por abrir os olhos, dentre outros, de parcela da sociedade que busca conforto na aludida ética protestante.

Por fim, não obstante o cenário sombrio que se apresenta, penso que temos sim um contexto favorável para colocarmos em prática não só os princípios das Diretrizes Sociais da Igreja, mas para minimizarmos e quiçá extirparmos contextos desfavoráveis como aqueles evidenciados pelo Papa Francisco, dentre outros, em seus discursos aos participantes dos Encontros Mundiais dos Movimentos Populares. Enfim, para alcançarmos dias melhores e o pleno exercício democrático. Vejamos algumas dentre tantas outras possibilidades que certamente temos no domínio popular:

- a) nossa liberdade de formas de adesão a associações;
- b) nossa liberdade de expressão;
- c) nosso direito ao voto;
- d) nossa elegibilidade para cargos eletivos;
- e) nosso direito a concorrer, via concursos, a cargos públicos;
- f) a possibilidade real e presente de fontes alternativas de informação;

g) a possibilidade e a realidade de nos associarmos a instituições que buscam nortear políticas governamentais, quer seja fiscalizando, quer seja sugerindo, quer seja motivando.

Portanto, temos que refletir e difundir que:

– A política está suja porque os cristãos não se envolvem com espírito cristão (Papa Francisco).

– A participação dos leigos na política é uma das mais altas formas de caridade, porque busca o bem comum (Papa Francisco, também afirmado por Bento XVI).

– O mal é alimentado pelo silêncio dos bons (Martin Luther King).

Segundo o IBGE, a população no Brasil é formada em 86,8% por cristãos. Já a população mundial tem 31,7% de cristãos.

Logo, façamos valer a afirmativa de Habermas: vamos ser protagonistas na efetivação dos valores cristãos, de forma a evitarmos a barbárie!

Tornando a profecia do Papa Francisco uma realidade, na medida em que, com nossa organização enquanto leigos e leigas, nossa luta “combatendo o bom combate” (2Tm 4,7), que possamos fazer os muros ruírem!

Assim, na virtude dos dons, as angústias produzidas pela sociedade serão as angústias dos cristãos que, buscando a dignidade, tanto no campo material quanto no campo humano, abrirão caminhos e farão prevalecer o plano de Deus também na política e nas relações com a coisa pública.

Os leigos e leigas são chamados à missão. E esperamos que nossa resposta seja como o SIM de Maria: EU POSSO COLABORAR!

E que nosso colaborar passe necessária e incondicionalmente pela não aceitação, na política e na coisa pública, de práticas contrárias ao plano de Deus, que colidam com os Princípios das Diretrizes Sociais da Igreja.

Que possamos, juntos e encorajados pela experiência comunitária, encontrar novas e efetivas formas de participação popular, influenciando e nos tornando mulheres e homens públicos, capazes de dar o direcionamento e o sentido à democracia!

E, assim, consigamos fazer pontes, enfrentando, com amor e princípios, o capital e o terror dele derivado. Afinal, no Evangelho de Marcos, temos que Deus quer amor e não sacrifícios e que o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado (Mc 2,27). Assim Jesus enfrentou o pensamento hipócrita e presunçoso, com a inteligência humilde do coração, que dá sempre prioridade ao homem e não aceita que determinadas lógicas impeçam a sua liberdade de viver, amar e servir o próximo.

Por fim, que tenhamos a sensibilidade de resgatar os que desanimarem na caminhada!

E que possamos inverter a lógica de fazer políticas sociais para os pobres e não com os pobres. Só assim conseguiremos combater os descartes do sistema.

Por fim, que consigamos fazer novamente a esperança vencer o medo.

Recebido em 12/11/2017

Aprovado em 12/11/2017